

# NAPP Mulher

Núcleo de Acompanhamento de  
Políticas Públicas para as Mulheres



Instituto Lula



Movimentos Feministas  
Feministas Autônomas

Frente  
Parlamentar  
em Defesa  
da Mulher  
da ALESP

# NAPP MULHER

*Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas para as Mulheres.*

## **Coordenação:**

Eleonora Menicucci  
Anne Karolyne Moura

## **Participantes:**

Amelinha Teles  
Ana Flavia Oliveira  
Ana Rita Prata  
Angela Albino  
Anne Karolyne Moura  
Arlene Martinez Ricoldi  
Atiliana Brunetto  
Carmem Foro  
Clara Ant  
Darlene Testa  
Denise Motta Dau  
Dora Pires  
Dulce Xavier  
Eleonora Menicucci  
Eliana Cacique  
Giomar Lopes  
Gleisi Hoffmann  
Isadora Brandão  
Isis Domingos Campos  
Janaina Oliveira  
Julia Martin  
Junéia Batista  
Kenarik Boujikian  
Ludmilla Lima Barreto  
Luka Franca  
Maia Aguilera  
Marcia Vianna

Margarida Barreto  
Maria Betania Avila  
Maria Jose Rosado  
Maria Lucia Silveira  
Mariana Nasser  
Marilane Oliveira Teixeira  
Mila Fratti  
Monica Melo  
Nálida Coelho Monte.  
Natalia Szermeta  
Neon Cunha  
Nilza Iraci  
Paula Sant'Anna Machado  
Raimundinha  
Rita Pinheiro  
Rosane da Silva  
Schuma Schumacher  
Tatau Godinho  
Vera Soares  
Vivian Mendes

# 100 PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO BOLSONARO: ATAQUES E PREJUÍZOS

## NAPP MULHERES

O atual governo Bolsonaro vem promovendo um verdadeiro desmonte das políticas públicas do país, o que tem um forte viés de ataque aos direitos das mulheres. Tais políticas foram conquistas de muita luta dos movimentos sociais e feministas e o acompanhamento e registro do que está sendo feito delas são instrumentos importantes para combater esses ataques.

O Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas para as Mulheres, NAPP Mulheres, elaborou um relatório do que foi feito nos primeiros 100 dias de governo Bolsonaro. A análise se focou em cinco áreas: democracia e direitos humanos, enfrentamento das violências, educação, saúde e trabalho e previdência. Buscamos tratar das situações e das políticas para as mulheres em toda sua diversidade, com ênfase para: gerações, identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia, classe social, procedência e status migratório, entre outros marcadores sociais da diferença.

## Democracia e Direitos Humanos

Analisar os primeiros 100 dias do Governo Bolsonaro no que diz respeito à garantia da democracia e dos direitos humanos, de uma perspectiva de gênero implica, antes de mais nada, observar que o recrudescimento e desmonte das políticas públicas nesta área é marcada pela ótica de sua organização no "Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos". Abordar as questões de gênero evidenciando que se trata de proteger a "família" já demonstra, por si só, que mais uma vez se reduz as políticas de garantia e promoção dos direitos das mulheres ao espaço privado, doméstico e familiar. E tem sido essa a tônica do referido Ministério já nas primeiras declarações da Ministra Damara Alves ao mencionar "que meninas vestem rosa, meninos vestem azul" ou defendendo que "meninas devem ser tratadas como princesas". A mensagem é explícita no sentido de fortalecer a concepção de submissão e subordinação da mulher, pilares do patriarcado.

A negação desta pauta de democracia e direitos humanos marcam os 100 dias de governo Bolsonaro. A convocação dos militares para comemoração do golpe militar toma um caráter negacionista e revisionista da história brasileira, pois em 31 de março de 1964, tratou-se de um golpe de Estado, que depôs o governo de João Goulart, legitimamente eleito pelo voto popular. O não reconhecimento de que houve a ditadura militar (1964-1985) por parte do atual governo coloca gravemente em risco a democracia, e autoriza a censura, a tortura, o assassinato e ocultamento de corpos de militantes da oposição.

A violência de Estado se faz presente e a execução do músico negro Evaldo Rosa dos Santos, vítima de um fuzilamento com mais de 80 tiros por militares do Exército, próximo ao quartel, o que demonstra "licença para matar" por parte do próprio Estado, ratificada com a declaração dada por Bolsonaro, seis dias depois do fuzilamento: "o Exército não matou ninguém. O Exército é do povo. A gente não pode acusar o povo de assassino. Houve um incidente. Houve uma morte. Lamentamos ser um cidadão trabalhador, honesto."

O pacote anti-crime proposto pelo Ministro Sérgio Moro, não cumprirá o combate à corrupção e à criminalidade, além de violar diversos princípios e garantias constitucionalmente assegurados, a exemplo da presunção de inocência, ampla defesa, devido processo legal e individualização das penas. O recrudescimento penal, que está na base do projeto, puro e simples, desacompanhado de políticas de desenvolvimento social e distribuição de renda (inviabilizadas pela PEC do teto dos gastos públicos) não tem o condão de reduzir os índices de criminalidade. Ao contrário. Seu efeito será o incremento insustentável das taxas de encarceramento em nosso país, que já possui a terceira maior população carcerária do mundo. Além disso, a proposta de modificação das regras de legítima defesa por meio da adoção de critérios extremamente subjetivos produzirá a intensificação da já elevada letalidade policial que afeta desproporcionalmente a juventude negra e periférica, sem falar no imenso ônus psíquico, social e econômico suportado por mães, irmãs, filhas e avós, que sofrem com a morte precoce de seus entes queridos de seu convívio e não recebem do Estado reparação justa e eficaz.

## **Enfrentamento às violências**

O governo de Bolsonaro mostrou que veio com dois focos: uma política ultrareacionária, fundamentalista e conservadora, que mira na desconstrução de uma suposta "ideologia de gênero"; aliada a uma política econômica ultraneoliberal perversa e cruel com os direitos em todas as áreas.

É nesse contexto que as mulheres, principalmente as pobres e negras, tornaram-se vítimas preferenciais do governo que visa desconstruir o sujeito feminismo, tornando terra arrasada todas as políticas públicas que garantiam o direito do livre exercício da cidadania plena.

Desidrataram financeira e politicamente a Secretaria de Políticas para as Mulheres, atingindo prioritariamente a Política de Enfrentamento à Violência de Gênero, que nos governos Lula e Dilma universalizaram o acesso das mulheres a todos os serviços necessários para atendimento, acolhimento, assistência e rompimento com o ciclo da violência.

Exemplos disso são o corte de recursos financeiros e humanos para o Disque 180, que está deteriorado, mesmo tendo recebido um aumento de quase 37% de denúncias nos primeiros meses do ano; e o encerramento do Programa Mulher, Viver sem Violência, deixando as Casas da Mulher Brasileira totalmente desativadas. Neste caso, com exceção daquelas que os estados assumiram, nenhum dos outros serviços funcionam, entre eles as cirurgias plásticas reparadoras para as mulheres que sofreram violência.

A abordagem fundamentalista prega que: "a violência será barrada quando a sociedade entender que: os meninos tem que usar azul e as meninas rosa, e o homem tem que reaprender a abrir a porta do carro para as mulheres", palavras da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves. A ministra se pronuncia publicamente em defesa da submissão da mulher ao homem no casamento, e anuncia que seu Ministério não tem recursos para continuar com a política pública das Casas da Mulher Brasileira. Tal declaração, além de ser desastrosa, é lamentável para as mulheres que necessitam desses serviços e representa o grau de misoginia com que este governo trata as mulheres. Isto, Sra. Ministra, é o que leva à terrível violência de gênero, traço fundante do patriarcado.

Não priorizar uma política pública fundamental que enfrenta, combata e acolha as mulheres em situação de violência mostra que, para este governo, a ordem permissão para matar se tornaram prioridades.

Para nós as vidas das mulheres importam e a violência doméstica e sexual é uma violação dos direitos humanos.

Enquanto isto, a permissão da posse de armas e o discurso bélico e aterrorizador da legitimidade das milícias, autorizam os agressores a matar. Sem dúvida alguma foram os 100 dias da maior apologia ao estupro visto na última década, por se tratar de um discurso institucionalizado.

O número de feminicídios nesses primeiros 100 dias de governo é assustador: pelo menos 306 casos consumados e mais 213 tentativas, segundo monitoramento feito pelo pesquisador Jefferson Nascimento, Doutor em Direito Internacional pela USP.

A completa ausência de políticas públicas vem acompanhada de um discurso de banalização do ódio que promove a violência diariamente. Este discurso ganhou força no período eleitoral e segue durante todo o primeiro período do governo.

A pesquisa "Violência contra LGBTQs+ no contexto eleitoral e pós-eleitoral", produzida pela Gênero e Número, mostra que 36% das pessoas entrevistadas sofreram perseguição, ameaça ou agressões nas redes sociais por sua orientação sexual ou identidade de gênero durante o período. Com a vitória nas urnas de forças conservadoras e anti-direitos LGBTQs+, assistimos a transfobia estrutural que vivemos no Brasil se intensificar, impedindo ainda mais o acesso a direitos e a cidadania plena. O país segue isolado no topo do ranking entre os que mais matam pessoas trans, concentrando mais de 45% do total de casos do mundo, com a maioria das vítimas mulheres trans e travestis negras, indígenas e trabalhadoras sexuais.

A violência urbana também ganhou novo impulso no atual governo, a partir do aumento da vulnerabilidade sócio-econômica, aliada à permissão do porte de armas e à legitimação do discurso de das práticas de ódio. É sabido que a violência urbana e, particularmente, o genocídio da juventude negra e pobre, gera grande sofrimento para suas famílias, com destaque para suas mães. O feminicídio aumentou entre as mulheres negras, que sofrem duplamente com um governo racista e misógino. A violência contra as mulheres transsexuais também aumentou e o Brasil é hoje um país com muita homofobia, transfobia, implicando em grande número de óbitos.

Estamos falando de um país que, segundo estimativa média, pode chegar a ter 1.370 casos de estupros em um único dia e hoje é governado por um presidente condenado por apologia e incitação a este crime. Este balanço nos faz concluir que nós, mulheres, como nunca antes, temos um desafio que nos leva a uma luta incessante, ocupando as ruas e somando vozes para barrar o retrocesso, até que todas estejam livres de violências.

## Educação

Nestes quase quatro meses, o governo Bolsonaro vem atuando no desmonte institucional de políticas e de órgãos de educação, sobretudo daqueles que tratam do enfrentamento das desigualdades educacionais e promoção dos direitos humanos. Tem implementado ações e programas com forte carga ideológica ultraconservadora, como as escolas militarizadas, a educação domiciliar, o ensino religioso confessional em escolas públicas e mudanças curriculares de viés autoritário. Além disso, trabalha pelo sufocamento do financiamento educacional, garantindo as condições para o avanço dos processos de desmonte da educação pública, com o objetivo de privatizá-la. Tudo isso com forte viés de ataque aos direitos das mulheres.

Um dos primeiros anúncios do novo governo foi a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que promovia os debates sobre a igualdade de gênero. Além das questões de gênero e diversidade, abrigava vários outros temas de suma importância na Educação: Programa Brasil Alfabetizado, que chegou a atender 1,5 milhões de pessoas analfabetas, a maioria mulheres; a educação de jovens e adultos no país; formação continuada para as/os professoras/es, especialmente nos temas dos Direitos Humanos, Igualdade de Gênero e Igualdade Racial. O órgão também era responsável por programas, ações e políticas em Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação para as relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos e Igualdade de Gênero.

A regulamentação do ensino domiciliar é uma das metas dos 100 primeiros dias de governo Bolsonaro, e está atribuída ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, cuja titular da pasta anunciou, logo em sua posse, seu perfil fundamentalista, conservador e avesso à igualdade de gênero. A Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelecem que é dever do Estado e da família garantirem a frequência escolar dos 4 aos 17 anos. Justamente por ferir o direito das crianças e adolescentes à educação pública, o ensino domiciliar foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, tendo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) também se manifestado contrário.

A promoção desta modalidade com certeza sobrecarregaria ainda mais as mulheres, que já realizam a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados. Também deixaria à mercê de abusos crianças e jovens, em especial, meninas, que, confinadas no ambiente domiciliar não mais contariam com a escola como uma das possibilidades para detectar esses abusos. Agendas como a "Escola sem Partido" e o "combate à ideologia de gênero" embasam as ações para a privatização da educação — tanto do ponto de vista do currículo quanto dos recursos — a perseguição de professoras/es e a censura nas escolas, impedindo visões críticas e impondo uma agenda fundamentalista, misógina, racista e LGBTfóbica.

Ao combater uma suposta "Ideologia de gênero" que estaria tomando conta da educação, ataca diretamente as mulheres e meninas, deixando-as desprotegidas com o silenciamento de debates sobre desigualdade e discriminação de gênero, machismo e diversidade, num país com elevadíssimos níveis de violência e exploração sexual de meninas e de suicídios de jovens LGBTs. Sabemos que a docência da Educação Básica é constituída de uma maioria de mulheres. Portanto, a perseguição aos professores da Educação Básica é uma perseguição a uma categoria predominantemente feminina.

O corte radical de pessoal e orçamentário das universidades públicas federais e o desmonte das agências de fomento como CAPES, CNPq impactam docentes, pesquisadoras/res e o desempenho da pesquisa científica no Brasil. Vale lembrar, que atualmente são as mulheres são a maioria nos programas de pós-graduação e que tem maior número de publicações científicas.

Bolsonaro se manifestou pelo corte de investimentos em sociologia, filosofia e ciências humanas em geral, confirmando sua negação pela produção de um conhecimento crítico e reflexivo.

## Saúde da mulher

Já no período eleitoral, Bolsonaro foi o único candidato que não prometeu aumentar a verba da saúde pública. Cumpriu a promessa, e ainda a piorou! A Lei Orçamentária Anual de 2019 impõe uma redução drástica da verba que financia o SUS. Medidas como a proposta de "desvinculação dos recursos" no financiamento dos gastos públicos destroem a garantia de um percentual mínimo a ser aplicado na saúde, como garantido na Constituição. Bolsonaro deu continuidade às políticas de Michel Temer e implementou a Emenda Constitucional 95/16, que impôs um teto de gastos à saúde e diversas outras áreas, condenando o serviço de saúde pública do país.

Esta política retira o direito à saúde da população e é especialmente perversa com as mulheres, que são as principais usuárias dos serviços de saúde, sobretudo na atenção primária, e as principais cuidadoras e acompanhantes. Não à toa, a luta pelo SUS tem forte base social nos movimentos de mulheres, que igualmente protagonizaram os protestos contra o atual governo.

O fim do Programa Mais Médicos e a desorganização das equipes comprometem seriamente a saúde da população, deixando centenas de municípios sem nenhum médico no Brasil, muitos deles em locais de alta vulnerabilidade e com dificuldade de acesso. Alguns estados e prefeituras vem diminuindo o investimento na saúde em nome do "ajuste fiscal", o que leva, por exemplo, ao sucateamento do SAMU e do Programa Farmácia Popular.

A Estratégia Saúde da Família (ESF), proposta de organização da atenção primária, está sendo desarticulada, com redução do número de profissionais e agentes comunitários de saúde. A cobertura vacinal diminuiu, causando o retorno de surtos de doenças transmissíveis já controladas.

As mulheres estão sendo afetadas nas diversas fases da sua vida: na juventude, chama a atenção a proposta vinda da Presidência da República de revisão da caderneta de adolescentes. Bolsonaro sugeriu, ainda, que "os pais rasguem as páginas da cartilha com as ilustrações que ele julga inadequadas e que aguardem um novo material que já está sendo preparado". Essas restrições, justificadas por uma preocupação com a erotização, não encontram respaldo na literatura sobre o comportamento e o cuidado de pessoas nessas faixas etárias que precisam de informações e da oferta de medidas programáticas para a redução de sua vulnerabilidade na vivência da sexualidade. Uma das principais necessidades de adolescentes para o seu cuidado em saúde é referente ao sigilo e à confidencialidade, condições diretamente ameaçadas com sugestões de que os pais e responsáveis passem a controlar materiais de educação em saúde, ferindo o direito de adolescentes e jovens de acesso à saúde.

Na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, o retrocesso é enorme. O Brasil aderiu à recomendações internacionais importantes, com destaque para Cairo e Beijing, propiciando um arcabouço para o desenvolvimento de ações em saúde sexual e reprodutiva nos serviços de saúde, incluindo a oferta de insumos.

Estes avanços estão cada vez mais ameaçados por percepções moralistas vinculadas a noções redutoras de família, trazendo, por exemplo, limitações das opções e condições para o planejamento reprodutivo e livre exercício da sexualidade, particularmente das mulheres que não vivenciam relações estáveis, monogâmicas ou heterossexuais. Para nós, é questão muito importante que a política relacionada ao que fazer quanto à reprodução e sexualidade não seja pautada com viés religioso, pois o Estado é laico e deve propiciar para todas as mulheres a possibilidade de escolherem se querem ou não ter os filhos e o melhor momento para levarem adiante uma gravidez, incluindo o acesso a todos os contraceptivos e ao aborto legal, por uma questão de saúde pública e de direitos humanos. No Brasil, o aborto é permitido em três situações (risco de vida para a mãe, estupro e anencefalia), mas mesmo estas exceções estão em perigo. Houve diminuição de investimentos, fechamento de serviços de aborto legal, campanhas de demonização da prática e profissionais que trabalham com o tema tem sendo ameaçados.

As mulheres idosas apresentam características peculiares. Primeiro, porque, em geral, elas vivem com mais de uma doença crônica, têm maior mortalidade e agravos à saúde e maior vulnerabilidade a eventos adversos. A mulher idosa enfrenta mais dificuldade ao perder a funcionalidade em idade avançada, tornando-se dependente de cuidados e de políticas públicas que visem a saúde na sua integralidade.

As mulheres em situação de violência têm maiores chances de apresentar depressão, de contrair DST, ter um aborto, óbito fetal ou recém-nascido de baixo peso e outros problemas. Neste sentido, quanto mais violência contra a mulher e menos suporte de políticas públicas, mais demanda para os serviços de saúde.

A política de enfrentamento à epidemia de aids, que já rendeu ao Brasil reconhecimento internacional, vem sofrendo atualmente um estrangulamento que expressa a diminuição dos investimentos em saúde. Além disso, sabemos que a abordagem da aids requer ações de prevenção, diagnóstico e tratamento marcadas pela sensibilidade, pela tolerância e pela superação do estigma, ameaçadas em momentos conservadores. As mulheres estão entre os grupos vulneráveis, uma vez que as desigualdades nas relações de gênero implicam em dificuldades para a prevenção, como por exemplo a negociação do uso de preservativo, mas também a limites para se cuidarem, como menor apoio de familiares e o preconceito que atravessa a oferta de serviços e o tratamento.

A segurança alimentar foi atacada e o governo Bolsonaro liberou uma grande quantidade de agrotóxicos proibidos em outros países por seus efeitos deletérios à saúde. A comida contaminada afeta a saúde e é de especial interesse das mulheres, responsáveis principais pela compra e preparo dos alimentos.

A saúde mental experimenta retrocessos, incluindo as ameaças à Rede de Atenção Psicossocial, desde a diminuição de acesso na atenção básica, até o menor financiamento e apoio aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o desmonte de políticas de álcool e drogas e o novo apelo ao modelo manicomial, incluindo a reintrodução do eletrochoque.



Um governo que implementa políticas de austeridade fiscal, destrói a rede de proteção social fornecida pelas políticas públicas de saúde, educação e assistência social, reduz a renda, diminui direitos trabalhistas e previdenciários e faz do conservadorismo fundamentalista uma guerra contra todos os direitos é um governo que ataca o direito à saúde. Bolsonaro incentiva o aumento da miséria e da fome e à piora dos indicadores sociais, e ainda convivemos com o estímulo à violência e ao assassinato daqueles vistos como "indesejáveis" ou "menos humanos". Este governo elegeu o feminismo, a liberdade e diversidade das mulheres como um de seus principais inimigos, mas não calarão: enfrentaremos a mentira com verdade e o ódio com alegria, amor e coragem.

## **Trabalho e Previdência**

O trabalho e a previdência são áreas que já vinham sendo desestruturadas desde 2016, com o desmonte se intensificando nos últimos 100 dias. Desde a aprovação da Emenda do Teto de Gastos (EC 95/2016), as políticas públicas voltadas para as mulheres foram drasticamente reduzidas e praticamente excluídas do orçamento de 2019. Soma-se à crise econômica que se prolonga deixando milhões de pessoas que transitam entre o desemprego e a informalidade. Principalmente entre as mulheres, que, em 2018 (4ºT), eram 42,265 milhões em idade ativa fora do mercado de trabalho. Os primeiros meses de Bolsonaro representam um aprofundamento da precarização do trabalho e da vulnerabilidade social e, com a possibilidade de aprovação da reforma da previdência, com o fim da política de valorização do salário mínimo e com a intensificação de formas mais precárias de trabalho e os cortes orçamentários nas políticas destinadas às mulheres, seus efeitos serão multiplicados, especialmente sobre as mulheres pobres e negras.

A precariedade assume diferentes maneiras, tanto nas formas de ingresso como nas condições de trabalho. O assédio moral no mundo do trabalho atinge de forma mais intensa as mulheres que os homens. Elas são humilhadas, discriminadas, constrangidas e expostas ao ridículo de forma constante e por tempo prolongado, o que devasta suas vidas. São atos de violência que se manifestam como um comportamento ou ação negativa no ambiente de trabalho e que expressam a agressividade e a negatividade impostas por metas que devem ser cumpridas a qualquer custo, em nome do lucro.

Quando uma trabalhadora passa pelo assédio no trabalho, cada humilhação sofrida, cada desqualificação vivida, cada lágrima derramada, atinge a sua dignidade, transtorna sua saúde, podendo ter consequências devastadoras em vários aspectos de sua vida, laboral, pessoal e familiar. Soma-se a isso a piora das condições de trabalho, a perda dos direitos trabalhistas, a precarização e o aumento do desemprego, que contribuem para o adoecimento físico e mental das trabalhadoras.

Por outro lado, as multas decorrentes de ações fiscalizatórias despencaram de R\$ 70.536,1 milhões em janeiro de 2018 para R\$ 6.977,4 milhões em janeiro de 2019.

## ***As medidas propostas pelo governo Bolsonaro e seus impactos sobre as mulheres:***

**1)** Reforma da previdência: a proposta apresentada pelo governo Bolsonaro aprofunda a desigualdade social e econômica e interrompe, de forma brutal, as conquistas que vinham se consolidando a partir da Constituição de 1988. Sob qualquer perspectiva que se analise a reforma previdenciária, destaca-se a destruição de seu caráter solidário, para transformá-lo em um sistema de capitalização, perverso para todos os trabalhadores, e em especial para quem tem renda mais baixa, com maior informalidade e mais períodos de intermitência, o que se agrava com a desconstitucionalização proposta no projeto. Se aprovada a proposta, surgirão novas formas de exclusão social e desigualdade que afetam toda a sociedade e de maneira particular as mulheres negras, indígenas, brancas, trabalhadoras rurais, trabalhadoras domésticas, professoras e a população jovem — condenando-as à precariedade e à desproteção social. A proposta de destruição do sistema de previdência e de seguridade social despreza as desigualdades estruturais na sociedade e no mercado de trabalho, os diferenciais de gênero e promove um desmonte dos direitos e do acesso à previdência pública e solidária em um contexto em que se recriam e se expandem novas modalidades de exclusão e de segregação no mercado de trabalho com a ampliação de novas formas de contratação advindas da reforma trabalhista.

No Regime Geral da Previdência Social (RGPS), as mulheres, ao longo de sua vida, têm mais dificuldade para registrar e contabilizar seu tempo de contribuição. A discriminação no mercado de trabalho, o acúmulo da dupla jornada e das tarefas de cuidado, refletem-se em piores condições de contribuição.

Em janeiro de 2019, do total de benefícios concedidos para as mulheres (urbanas e rurais), 60% foram por idade e os demais 40% por invalidez e tempo de contribuição. O valor médio das aposentadorias concedidas corresponde a R\$ 1.144,72 por idade e R\$ 2.178,49 por tempo de contribuição; muito longe do que prega o governo como se fossem pagos altos benefícios de aposentadoria. De acordo com os dados da Previdência Social de 2014, o número médio de contribuições ao ano para as mulheres é de apenas nove meses de contribuição. Ou seja, elas precisam sempre de muito mais anos no mercado de trabalho para completar os meses de contribuição necessários para a aposentadoria, seja por idade ou por tempo de contribuição.

A reforma introduz uma idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e de 62 para mulheres. Por outro lado, a redução do Benefício de Prestação Continuada-BPC, indispensável para a diminuição da pobreza no país afeta, de forma mais profunda, as mulheres uma vez que elas representam mais de 51% dos beneficiários no global, sendo que entre as pessoas idosas o percentual sobe para 57%.

**2)** O fim da política do salário mínimo: o governo de Bolsonaro interrompeu a política de valorização do salário mínimo, que vinha sendo implementada desde 2007. Os reajustes a partir de 2020 terão correção apenas pela inflação. Essa medida impacta toda a sociedade, especialmente os mais pobres e as mulheres. No 4º trimestre de 2018, conforme dados da PNADC, 35% das mulheres ocupadas recebiam até 1 salário mínimo. Em janeiro de 2019 do total dos benefícios pagos, 46,4% correspondiam ao valor de até 1 salário mínimo e 84,5% recebiam até dois salários mínimos. Em 2016 (último dado disponível por sexo), dos benefícios concedidos às mulheres, 61,5% auferiam até 1 salário mínimo. É a medida perversa de reduzir o ganho de quem já sobrevive com valores muito reduzidos. Suspender o reajuste do salário mínimo afeta todo o sistema de renda do trabalho para a maioria da população, ao mesmo tempo que incide na diminuição da renda das aposentadorias e pensões.

**3) Crescimento do desemprego e da informalidade:** entre 2015 e 2018 (4<sup>o</sup>T) o desemprego cresceu 36% e a informalidade 12%, entre as mulheres. O desemprego cresceu nestes dois primeiros meses de 2019, sendo mais 892 mil pessoas desempregadas (estimativas trimestrais móveis da PNADC (dez-fev na comparação com os três meses anteriores).

**4) Perdas de emprego formal:** o emprego formal em 2019 também apresenta péssimo resultado em comparação com o ano anterior. Enquanto em março de 2018 o saldo foi positivo, de +56.151, em março deste ano foi negativo, -43.196. O que chama a atenção nestes três primeiros meses de 2019 é o crescimento do trabalho intermitente e em tempo parcial. Entre janeiro e março o saldo do trabalho intermitente foi de 14.181 em que os homens são maioria e, nos contratos em tempo parcial, de 5.813 e as mulheres representam 64%. A remuneração das mulheres admitidas em tempo parcial, em média, foi de R\$ 904,61, ou seja, inferior ao salário mínimo. Com salários inferiores a um mínimo, as pessoas precisam completar a contribuição previdenciária para poder incluir o período no tempo de contribuição. Dados de janeiro a março de 2019 indicam que 72% das mulheres com contratos protegidos permanecem no máximo até 1 ano no mesmo emprego e 53% até 6 meses. Assim, a alta rotatividade, a pressão por empregos de tempo parcial, a intermitência nos empregos é uma dinâmica que se reforça no trabalho das mulheres e com graves consequências no presente e também para suas condições futuras de aposentadoria.

**5) Concursos públicos:** o anúncio de que não haverá concurso público para 2019 sinaliza uma redução de pessoal com consequente queda nos serviços públicos oferecidos. As mulheres são afetadas de duas formas: pelo ingresso no serviço público, e por serem a maioria entre trabalhadores nos serviços públicos.

Elas representam 65% da administração pública, educação, saúde e serviços sociais. Esta medida igualmente impacta sobre as mulheres com a redução de serviços. Desde 2016 os gastos públicos estão congelados por 20 anos, o que resultará em ampliação das responsabilidades das mulheres no âmbito das famílias para prover serviços de responsabilidade pública a exemplo de creches, escolas infantis e serviços de saúde pública.

**6) Ataque aos sindicatos:** o governo Bolsonaro editou uma medida provisória, MP 873/19, na véspera do carnaval de 2019, impedindo os trabalhadores e as trabalhadoras de fazerem o desconto automático de qualquer contribuição ao seu sindicato. Essa medida, que fere acordos e convenções internacionais (como as convenções 87, 98 e 151 da OIT), tem o objetivo de paralisar o sindicalismo no enfrentamento às reformas, como a reforma da previdência e o desmonte dos direitos e da fiscalização das condições de trabalho, nas quais, como demonstrado anteriormente, as mulheres serão fortemente prejudicadas.

Esta medida é parte da estratégia de ameaças e ataques do governo ao movimento sindical com a perspectiva de fragilizar sua capacidade de luta, de ação coletiva, de cercear e reprimir sua liberdade de organização, impondo para as mulheres ainda mais obstáculos e dificuldades à participação nos espaços sindicais.

Todas as análises das propostas do governo Bolsonaro na área do trabalho e previdência social demonstram que a atuação do governo se move no sentido de aumentar as formas de exploração do trabalho com o desmonte dos direitos por meio de desregulamentação e ampliação da precariedade nas relações de trabalho. Ao mesmo tempo, a redução dos investimentos nos serviços públicos e a privatização de serviços forçarão as mulheres, ainda mais, a se submeterem a trabalhos precários, com jornadas reduzidas e rendimentos mais baixos, em função das responsabilidades familiares e de cuidado. O aumento sistemático do salário mínimo durante os governos Lula e Dilma foi um

dos principais responsáveis pela melhoria da renda das mulheres e pela redução da desigualdade de rendimento entre mulheres e homens. A interrupção desta política tem um efeito perverso sobre as mulheres, seja no mercado de trabalho, entre os beneficiários do BPC ou na aposentadoria. A reforma da previdência, que não apenas aumenta o tempo de contribuição e idade para as mulheres, modifica a sistemática de cálculo do tempo, achatando o valor das aposentadorias além de vários outros itens que dificultam o acesso, somada à proposta de introduzir o sistema de capitalização, os primeiros meses do governo Bolsonaro já mostraram a que vieram: fortalecer os ganhos da iniciativa privada e o processo de acumulação do capital à custa da perda de direitos e da extrema exploração do trabalho.